

INFORMATIVO Plenarium

Informativo Oficial do TRE-SE | Ano XIII - nº 23 - outubro de 2019



MULHERES DO TRE-SE

O empoderamento feminino acumula conquistas
no campo social, político e econômico

EDITORIAL

A matéria de capa da edição de outubro de 2019 do informativo **PLENARIUM** evidencia, mais uma vez, o papel das mulheres na Justiça Eleitoral. Desta vez, destaca-se a trajetória de cinco representantes do poder judiciário: **Célia Pinheiro Silva de Menezes** (desembargadora aposentada), **Lívia Nascimento Tinôco** (procuradora da República no Estado de Sergipe), **Ana Maria Rabelo de Carvalho Dantas** (secretária judiciária) e **Maria Conceição de Vasconcelos** (coordenadora da CODES) e **Maria Lívia de Oliveira Góis Souza** (chefe de cartório da 4ª Zona Eleitoral).

A reportagem especial é sobre a ação do Atendimento Biométrico Itinerante (ABI), que aconteceu, durante os meses de agosto, setembro e outubro, nos municípios de **Monte Alegre, São Francisco e Japoatã**. Foram disponibilizados aos eleitores os serviços de revisão, alistamento (primeiro título), transferência e segunda via do título eleitoral.

A outra matéria especial refere-se ao apoio do TRE-SE às eleições dos Conselhos Tutelares, que aconteceu no dia 06 de outubro. Apresenta informações desde a primeira reunião que ocorreu no dia 02 de abril, com o Des. **José dos Anjos**, o procurador-geral da justiça, **Eduardo D'Ávila**, e com a promotora de Justiça da Infância e Adolescência, Dra. **Maria Lilian Mendes Carvalho**, até o treinamento e preparação das urnas.

A coluna "Aconteceu no Plenário" relembra os principais julgamentos ocorridos no mês de setembro, como as cassações dos mandatos da vereadora do município de Ilha das Flores e de um deputado federal.

No ACONTECEU, destacam-se a visita do subcomandante geral da PM, coronel **Paulo Paiva**, ao presidente do Tribunal, a regularização de 40% dos títulos eleitorais no mês de agosto em Sergipe e, ainda, ressalta-se a reunião que discutiu o fechamento de seis Postos de Atendimento (Pas) situados no interior do Estado.

E nossa "Memória Eleitoral" fala sobre a Nova República.

Que você tenha agradável **leitura!**
Equipe ASCOM.



PRESIDENTE

Desembargador José dos Anjos

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Desembargador Diógenes Barreto

JUÍZES MEMBROS

Marcos Antônio Garapa de Carvalho

Áurea Corumba de Santana

Raymundo Almeida Neto

Sandra Regina Câmara Conceição

Leonardo Souza Santana Almeida

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Heitor Alves Soares

DIRETOR GERAL

Rubens Lisboa Maciel Filho

ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro

DRT 1037

REVISÃO

André Frossard

João Lover

COLABORADORES

Érika Letícia

Gabriel Xavier

José Gabriel

PROJETO GRÁFICO

Jéssica Alves

Luigi Abdias

Mário César

FOTOGRAFIAS

ASCOM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Centro Administrativo

Gov. Augusto Franco - CENAF

Lote 7 Variante 2 - Bairro Capucho

Aracaju - SE - CEP: 49081-000

O PLENARIUM é uma publicação mensal do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE), com veiculação na internet, dirigida aos servidores da Justiça Eleitoral e ao público em geral.

SUMÁRIO

Aconteceu no Plenário.....	4
Aconteceu.....	5
ABI em três municípios sergipanos.....	7
Mulheres do TRE-SE.....	8
Eleição dos Conselhos Tutelares.....	13
Outubro Rosa.....	14

MEMÓRIA ELEITORAL



A Nova República: a partir de 1985

A transição democrática, a partir do final do Regime Militar, ocorreu com a abertura idealizada pelas elites políticas. Havia pressão de muitos setores da sociedade (partidos de oposição, igreja, estudantes organizados, etc.). Três fatores contribuíram: 1. a crise em relação ao reconhecimento da legitimidade do regime (por conta da crise econômica); 2. a eleição de governadores opositores em 1982; e 3. a maior manifestação de massas no Brasil: as campanhas pelas *Diretas*.

O movimento **Diretas Já!** defendeu a eleição direta para o cargo de presidente da República. Houve manifestações (comícios e passeatas) em várias cidades de 1983 a 1984, mais de 5 milhões de pessoas se mobilizaram. Um dos objetivos: pressionar para que fosse aprovada a Emenda Dante de Oliveira, que não foi aprovada.

As consequências do movimento foram benéficas. Em 1985, **Tancredo Neves**, do partido de oposição, foi eleito com a ajuda de desertores do partido governista. Isso causou um processo de denúncia de infidelidade partidária junto ao TSE, que julgou a ação improcedente. A situação política ficou tensa; e Tancredo escondia estar doente. Ele temia que oportunistas e militares não passassem o poder ao vice que havia sido eleito. Na véspera da posse, a doença se tornou insuportável; Tancredo foi internado. Surgiu a primeira crise após o Regime Militar: Tancredo Neves faleceu em 21/4/1985, ou seja, não tomou posse. Quem o substituiria? O vice, **José Sarney**, ou o presidente da Câmara dos Deputados, **Ulysses Guimarães**? Sarney foi a solução (dissidente do partido governista) e assumiu a Presidência.

Duração do mandato presidencial

A duração do mandato presidencial já passou por muitas variações. Considerando o período mais recente, definiu-se a duração de quatro anos na Constituição de 1967 (Art. 77, § 3º). Isso se manteve até 1977, quando a Emenda Constitucional nº 8 (de 14/4/1977) alterou para seis anos.

Sarney foi eleito em 1985. Durante seu mandato, foi promulgada a nova Constituição, que estabeleceu cinco anos para os próximos mandatos de presidente da República. Apenas o governo de Collor-Itamar durou cinco anos. Em 1994, a Emenda Constitucional nº 5 alterou para quatro anos a duração do mandato presidencial. Em 1997, a reeleição foi autorizada pela Emenda Constitucional nº 16. O governo dos presidentes posteriores (FHC e Lula) durou oito anos cada: foram reeleitos.

ANIVERSARIANTES DE OUTUBRO

- 02 José Soares de Souza Filho
- 03 Junior Gonçalves Lima
- 04 Denise Delmiro de Oliveira
- 06 Valéria Maria dos Santos
- 07 Márcio Oliveira Moura
- 08 Elenilde Ferreira dos Santos
- 10 Patrícia Pinheiro Menezes de Oliveira
- 10 Paulo Sérgio Ferreira do Nascimento
- 10 Veridiana Santos de Oliveira
- 11 Alaine Ribeiro de Souza
- 12 Adriana da Costa Alemão Abreu Oliveira
- 14 Andréa Silva Correia de Souza Carvalho
- 14 Daniela Vitória Aragão Santos
- 14 Nadja Cardoso Gonçalves Torres
- 17 Guilherme Augusto Gonçalves Muniz
- 18 José Hora de Almeida Neto
- 20 Eufrosina Cruz Cardoso Barros
- 20 Joyslan de Almeida Prazeres
- 20 Júlio César Santana
- 22 Walkeline Fraga Dias
- 23 Genilson dos Santos
- 23 Gustavo Webster Teixeira Rodrigues
- 24 Gilvan Menezes
- 24 Luciana Alves Santos
- 25 Anacéli Costa Melo
- 25 Daisy Santana Teles
- 25 Janisson Santos de Jesus
- 27 Daisy Pereira Valido
- 28 Aurisson da Silva Santana
- 28 Gilvacy do Nascimento Soares
- 29 Gilma do Nascimento Melo Mota
- 29 Kátia de Barros Bomfim Santana
- 29 Selma Oliveira Silva
- 30 Paulo Victor Pereira Santos da Silva
- 31 Marcelo Barreto Sobral
- 31 Wandilson Lemos Rodrigues

Procuradora regional Eunice Dantas despede-se do TRE-SE

A sessão plenária de 30 de setembro, além da extensa pauta, ficou marcada por conta da despedida da procuradora regional eleitoral **Eunice Dantas Carvalho**, que completou o período de atuação (2016 a 2019). Ela já havia exercido a função de procuradora regional eleitoral de abril de 2004 a março de 2006.

Todos os membros do colegiado evidenciaram o trabalho enérgico e competente de Dra. Eunice. O desembargador **José dos Anjos**, presidente do TRE-SE, afirmou: “Dra. Eunice Dantas, somos testemunhas da responsabilidade profissional da Senhora como representante do Ministério Público, exemplo de dignidade, de pessoa íntegra, merce todas as homenagens. Por conta do rodízio, a Procuradoria Regional Eleitoral, em Sergipe, terá outro procurador. Sentiremos a falta diante da grandeza de Vossa Excelência, que expressa segurança jurídica. Esta Corte se sente honrada em ter dividido com a Senhora a defesa da justiça”.

Eunice Dantas Carvalho agradeceu a Deus, aos pais, aos filhos, ao esposo, esbanjou cordialidade referindo-se a todos os membros, à equipe de servidores do MP, aos servidores do TRE-SE, agradeceu até aos garçons que servem no plenário. Ela estava muito emocionada, demonstrou sensibilidade e conhecimento de literatura, citou um trecho da crônica *Encerrando ciclos*.

O Des. José dos Anjos entregou a placa de homenagem à procuradora em nome dos que fazem o TRE-SE.

Pleno do TRE-SE adiou o julgamento do recurso do governador Belivaldo Chagas

Durante a sessão do dia 30 trinta de setembro, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe adiou o julgamento dos Embargos de Declaração apresentados pela defesa do governador **Belivaldo Chagas** (PSD) e da vice-governadora **Eliane Aquino** (PT) e marcou a nova data de julgamento: dia 15 de outubro do corrente ano.

O Tribunal havia condenado a chapa, ou seja, o mandato foi cassado por abuso de poder político e econômico nas eleições 2018. Os envolvidos recorreram: interpuseram embargos de declaração. Por seis votos a um, o pleno do TRE-SE, a pedido da Procuradoria Regional Eleitoral de Sergipe, cassou os mandatos e declarou a inelegibilidade de Belivaldo por oito anos na sessão de 19 de agosto passado. Resta o julgamento do recurso.

Deputado federal eleito em 2018 teve mandato cassado pelo TRE-SE

No dia 04 de setembro, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) cassou o mandato do deputado federal **João Bosco da Costa**, eleito em 2018, e decretou a inelegibilidade por 8 anos. A decisão foi unânime. João Bosco foi condenado por abuso de poder econômico em razão da simulação de contratos de locação de veículos durante a campanha eleitoral de 2018.

Segundo o Ministério Público Eleitoral (MPE), João Bosco da Costa teria extrapolado o limite de gastos com locação de veículos automotores, utilizando irregularmente significativa parcela do total de recursos financeiros empregados em sua campanha eleitoral (R\$ 2.100.000,00). O MPE arguiu que houve abuso de poder econômico por meio de fraudulenta locação de veículos, viabilizando o acobertamento de falsos gastos na contabilidade da campanha, a fim de impedir a efetiva fiscalização em relação ao destino dos recursos.

A defesa do deputado argumentou que houve um mero erro de contabilização, o que teria ocasionado o aporte excessivo de gastos com locação de veículos. Da tribuna, o advogado defendeu que o valor informado nas contratações dos veículos automotores englobava, também, a remuneração do condutor, não havendo que se falar em excesso de gasto.

TRE-SE cassou mandato de vereadora do município de Ilha das Flores

Por 7 votos a 0, o pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), durante sessão realizada no dia 30 de setembro, cassou o mandato da vereadora **Eulália Cely Silva Calumbi**, do município de Ilha das Flores. A Corte manteve a sentença que julgou a representação por captação ilícita de sufrágio.

O recurso eleitoral interposto pela vereadora foi considerado improcedente. O relator, juiz **Leonardo Souza de Santana Almeida**, votou pelo conhecimento e pelo NÃO provimento do recurso, assim, foi acompanhado pelos outros membros do colegiado.

A recorrente foi condenada nos termos do artigo 41-A, da Lei nº 9.504/97, além de ser condenada ao pagamento de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Foi declarada também a sua inelegibilidade por 8 (oito) anos, nos termos da alínea j, inciso I, do art. 1.º da Lei Complementar nº 64/90.

ACONTECEU

TRE-SE preparou urnas para eleição dos Conselhos Tutelares

Nos dias 11 a 20 de setembro, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) preparou as urnas eletrônicas que foram utilizadas nas eleições correspondentes a 81 Distritos dos Conselhos Tutelares do Estado de Sergipe. As eleições ocorreram no dia 06 de outubro.

No pleito, foram utilizadas 1.227 urnas eletrônicas: 807 na recepção de votos e 420 equipamentos de reserva técnica.

Os trabalhos de preparação ocorreram no depósito de urnas eletrônicas na sede do Tribunal.

Nessas eleições, a participação do Tribunal se restringiu ao suporte técnico. Além de disponibilizar as urnas, o TRE-SE fez o treinamento dos mesários que atuaram no pleito. A responsabilidade pela organização da eleição competiu aos Conselhos de Direito dos municípios.



40% dos eleitores com pendências na biometria regularizaram a situação em Sergipe



A Justiça Eleitoral reforça: é importante que os eleitores cujas digitais não foram reconhecidas refaçam a coleta e resolvam a pendência. O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE), Des. **José dos Anjos**, solicitou aos Juízes das Zonas Eleitorais atenção especial no caso de eleitores que estiverem com problemas em relação ao cadastramento biométrico. Esses eleitores devem dirigir-se aos respectivos cartórios para a regularização.

Até o mês de agosto deste ano, 40% dos eleitores (com pendências na biometria) conseguiram regularizar a situação. O resultado é satisfatório, uma vez que é difícil localizar eleitores, como também fazê-los comparecer aos locais de atendimento.

A Justiça Eleitoral pretende resolver a maior quantidade possível de casos pendentes até o fechamento do cadastro. O chamamento público aos eleitores aconteceu por conta do relatório gerado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Tribunal, que mostrou a necessidade de refazer a coleta. Vale ressaltar que o calendário eleitoral permite que a regularização seja feita até o começo do mês de maio de 2020 (cento e cinquenta dias antes das eleições).

TRE-SE realiza 2º Encontro do Programa de Acompanhamento de Servidores em Estágio Probatório



Na manhã de segunda-feira (16 de setembro), o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) promoveu o segundo encontro do Programa de Acompanhamento de Servidores em Estágio Probatório neste ano. O tema da reunião: *Saúde mental e trabalho: qual a relação?*. Participaram 12 servidores.

De acordo com a Resolução do TRE-SE nº 29/2017, art. 6º, o programa consiste no acompanhamento desses servidores, com encontros periódicos, discussões e atividades que facilitam a adaptação no ambiente de trabalho, no qual há o desenvolvimento de competências, troca de experiências e orientações gerais.

Christiane Mello (psicóloga), **Kaio Bernardes** (médico) e **Hermano de Oliveira** (oficial de gabinete da Diretoria-Geral) foram os mediadores do evento e usaram como metodologia a estratégia facilitadora *role-playing*: técnica com a qual os participantes são convidados a atuar em determinado contexto.

ACONTECEU

TRE-SE recebeu visita de representantes da Polícia Militar



O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), Des. **José dos Anjos**, recebeu no dia 24 de setembro, em seu gabinete, a visita do comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Sergipe, coronel **Marcony Cabral**, e do subcomandante geral da PM, coronel **Paulo Paiva**.

Na reunião, os representantes do TRE-SE expuseram detalhes do planejamento da eleição suplementar que ocorrerá no município de São Francisco no dia 1º de dezembro de 2019. O alto-comando da PM tomou conhecimento dos detalhes e elaborará a logística de segurança desse pleito.

No encontro, estiveram presentes o diretor-geral, **Rubens Lisboa**, o assessor de imprensa e comunicação social, **Ricardo Ribeiro**, o secretário de administração, orçamento e finanças, **Norival Neto**, e o coordenador de planejamento, estratégia e gestão, **Marcelo Gerard**.

TRE-SE recebeu a visita de representantes do SINPRF/SE



Na tarde da terça-feira (03 de setembro), o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), Des. **José dos Anjos**, recebeu a visita de cortesia de **Augusto César** e **Silvano Barros**, diretores do Sindicato da Polícia Rodoviária Federal em Sergipe (SINPRF/SE).

O presidente foi agraciado pelos inspetores durante a visita: o Des. José dos Anjos ganhou o livro alusivo aos 90 anos da PRF e uma caneca com o brasão da instituição. O desembargador agradeceu e ressaltou que “a Polícia Rodoviária Federal é uma instituição parceira da Justiça Eleitoral e contribui significativamente no período de eleições, disponibilizando bons préstimos sempre que há alguma solicitação.

O diretor-geral do TRE-SE, **Rubens Lisboa**, também participou da reunião e parabenizou os representantes do referido sindicato, como também o presidente do Tribunal pela dádiva.

Seis postos de atendimento do TRE-SE encerrarão atividades em dezembro

No Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), na segunda-feira (16/09), ocorreu a reunião que discutiu o fechamento de seis Postos de Atendimento (PAs). Esses postos de atendimento funcionam nas cidades de **Riachuelo**, **Frei Paulo**, **Pacatuba**, **Poço Verde**, **Itabaianinha** e **Cedro de São João**, e operarão normalmente até o dia 19 de dezembro deste ano. O motivo do fechamento é a restrição referente ao orçamento da Justiça Eleitoral para o ano de 2020.



O presidente do TRE-SE, Des. **José dos Anjos**, e o corregedor e vice-presidente, Des. **Diógenes Barreto**, solicitaram que os juízes das Zonas Eleitorais envolvidas sensibilizassem a população local, no sentido de que os eleitores compareçam aos referidos locais até o dia 19 de dezembro deste ano. De janeiro a maio de 2020, será providenciada a escala para Atendimento Biométrico Itinerante nos municípios nos quais não haverá mais posto de atendimento.

Também compareceram à reunião a juíza da 30ª ZE, Dr.ª **Juliana Nogueira**, o juiz da 24ª ZE, Dr. **Alex Oliveira**, o juiz da 15ª ZE, Dr. **Horácio Gomes**, o juiz da 3ª ZE, Dr. **Raphael Silva**, o juiz da 22ª ZE, Dr. **Henrique Britto**, o diretor-geral do TRE-SE, **Rubens Lisboa**, o secretário de administração de orçamentos e finanças, **Norival Neto**, o assessor de imprensa e comunicação social, **Ricardo Ribeiro**, e a chefe da Seção de Assuntos Jurídicos da Corregedoria, **Camila Brasil**.

TRE-SE REALIZOU ABI EM TRÊS MUNICÍPIOS SERGIPANOS

Do dia 26 de agosto a 9 de outubro, o Atendimento Biométrico Itinerante (ABI) do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) compareceu aos municípios de **Monte Alegre-SE, São Francisco-SE e Japoatã-SE**. Foram disponibilizados os serviços de revisão, alistamento (primeiro título), transferência e segunda via do título eleitoral.

Em Monte Alegre, o atendimento (ABI) ocorreu no *Colégio Estadual 28 de Janeiro*, das 8h às 14h. O Juízo da **18ª Zona Eleitoral (ZE)**, com sede no município de Porto da Folha, foi responsável pelos trabalhos nesse município.

No município de São Francisco, durante os dias 16 e 17, o atendimento (ABI) ocorreu na sede da prefeitura, também das 8h às 14h. No dia 18 de setembro, os eleitores residentes no Povoado Nascimento e adjacências, que votaram no Centro de São Francisco, compareceram à *Escola Municipal Getúlio Vargas* na intenção de serem transferidos para esse colégio.

O Juiz da **19ª ZE** (sede em Propriá), Dr. **Evilásio Correia Filho**, é o responsável pelos trabalhos em São Francisco e Japoatã.

O atendimento biométrico itinerante é uma comodidade para que os eleitores possam resolver questões referentes ao título eleitoral mais próximos de suas residências.

O Juiz Eleitoral informa que, nas próximas eleições, não será disponibilizado transporte para os eleitores que moram em locais nos quais exista seção de votação em funcionamento.



No município de Japoatã, o atendimento ocorreu nas localidades relacionadas na tabela a seguir:

DATA	LOCAIS DE ATENDIMENTO
23/09/2019	SEDE DA PREFEITURA DE JAPOATÃ/SE
24/09/2019	SEDE DA PREFEITURA DE JAPOATÃ/SE
25/09/2019	POVOADO TATU, NA ESCOLA DRA. MARIA DO CARMO NASCIMENTO ALVES (NÚCLEO I – COHAB)
30/09/2019	SEDE DA PREFEITURA DE JAPOATÃ/SE
01/10/2019	PROJETO LADEIRINHAS, NA ESCOLA MUNICIPAL DR. JOSÉ ROLLEMBERG LEITE
02/10/2019	POVOADO LADEIRAS, NA ESCOLA ESTADUAL OTÁVIO BEZERRA
07/10/2019	SEDE DA PREFEITURA DE JAPOATÃ/SE
08/09/2019	POVOADO POXIM, NA ESCOLA MUNICIPAL EDMUNDO SOARES BEZERRA
09/10/2019	POVOADO ESPINHEIRO, NO COLÉGIO ESTADUAL PROF.ª ROBERTA RAMALHO DE SOUZA

Mulheres do TRE-SE

A revista PLENARIUM, mais uma vez, traz a série de homenagens às mulheres da Justiça Eleitoral sergipana. As mulheres, representantes do empoderamento feminino, a cada dia, além da efetiva atuação no mercado de trabalho, participam mais de debates públicos e tomam decisões que são importantes para o futuro da sociedade, sobretudo, em relação à causa igualdade de gêneros.

Nesse mês de outubro, estendemos nossas homenagens à desembargadora **Célia Pinheiro**, à procuradora da República no Estado de Sergipe **Lívia Tinôco**, à secretária judiciária, **Ana Maria Rabelo**, à coordenadora da COPES, **Maria Conceição de Vasconcelos**, e à chefe de cartório da 4ª ZE, **Maria Lívia de Oliveira**.

A luta das mulheres pelo direito de votar e de participar da política é antiga. Avanços significativos têm acontecido, mas um longo caminho ainda precisa ser percorrido na busca de um cenário ideal de equilíbrio. Apesar de hoje representarem a maioria do eleitorado brasileiro, as mulheres ainda são minoria nos cargos eletivos.

O Brasil foi um dos primeiros países a permitir que mulheres votassem. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, dados de 2018, cerca de 52% do eleitorado brasileiro é representado pelo poder feminino, em sua maioria, com a faixa etária de 45 a 49 anos.

As mulheres estão, a cada dia, mais atuantes, seja no serviço público, seja na iniciativa privada. Alguns TREs já lançaram projetos de capacitação e qualificação para mulheres que desejam candidatar-se a cargos públicos. Elas mostram força, sabedoria, competência e lutam veementemente pela igualdade: um dos ideais democráticos. A seguir, um breve histórico de cada uma das cinco homenageadas: mulheres que orgulham o TRE-SE e o Estado de Sergipe.

Célia Pinheiro Silva de Menezes



Célia Pinheiro Silva Menezes ingressou no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE) em 1971. Atuou nas Comarcas de Porto da Folha, Neópolis, Riachuelo, Laranjeiras e Aracaju no cargo de Juíza de Direito. Foi presidente da Turma Recursal dos Juizados Criminais da Capital e do Interior e Cíveis das Comarcas de Estância, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão. Atuou como Juíza Eleitoral da 27ª Zona. Foi presidente do TJSE, antes de se aposentar.

No dia 14 de julho de 2008, a desembargadora Célia Pinheiro tomou posse na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. No dia 25 de fevereiro de 2011, Célia Pinheiro foi reconhecida pelo trabalho realizado na capital e no interior do estado: foi inaugurado o Fórum Eleitoral da cidade de Cedro de São João, que recebeu o nome dela. A homenagem partiu do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), ideia do presidente da época, o Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça. Célia Pinheiro foi homenageada pelos relevantes serviços prestados atuando como magistrada.

Ela foi membro titular do TRE-SE na classe de Juiz de Direito, nos anos de 1992 a 1996 – dois biênios consecutivos. “Foram muitos momentos indelévels na magistratura, pois não é profissão, é um sacerdócio que deve ser exercido com fé inquebrantável e inabalável,

compromisso com todos aqueles que padecem ao ataque das injustiças. É certo que tive também outras alegrias, cheguei ao colegiado do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e à Presidência dele. Dali, percebi a excelência do Judiciário. Aprendi a ouvir a todos”, declarou Célia Pinheiro.

A desembargadora, já aposentada, diz que a aposentadoria não é uma parada, e sim, um recomeço. E afirmou:

“A experiência é um ganho que não deve ser guardado no arquivo das lembranças. Precisa ser utilizada para esclarecer aos que estão nas trevas, amparar os que perderam a esperança, confortar os desiludidos.”

Lívia Nascimento Tinôco



Lívia Nascimento Tinôco é procuradora da República no Estado de Sergipe. Natural da Bahia, formou-se em direito pela Universidade de Fortaleza, Ceará, em 1998. No ano seguinte, passou a dedicar-se a concursos públicos. Um dos parâmetros de estudo era responder provas antigas para verificar o desempenho (avaliar-se). Durante esse período de preparação, cursou a Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

A aprovação em concurso público foi rápida: após três meses de dedicação, foi aprovada no concurso da Advocacia-Geral da União. A prova foi realizada em abril de 1999. “Por isso digo que o preparo de um profissional começa na graduação, não depois que ele sai da faculdade. É também importante saber que é possível recuperar conteúdos que não foram devidamente absorvidos ao longo do curso”, afirmou Lívia Tinôco.

Seu foco inicial era o Ministério Público ou a magistratura. Ao entrar na Advocacia-Geral da União, prestou concurso concorrendo ao cargo de Promotor de Justiça do DF e obteve sucesso. Identificou-se com o Ministério Público. Em menos de um ano, foi novamente aprovada e nomeada, ingressou no Ministério Público Federal. Começou como Procuradora da República no Estado de Goiás e, depois, pediu remoção para o Distrito Federal. Lívia Tinôco está em Sergipe desde 2009 e, atualmente, é responsável pela área ambiental, de defesa do consumidor e comunidades tradicionais. Já atuou como Procuradora Regional Eleitoral.

Em outubro de 2018, a procuradora Lívia Tinôco recebeu o título de Cidadã Sergipana em solenidade festiva na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (Alese). Em seu discurso, a procuradora Lívia Tinôco agradeceu pela homenagem:

“Apenas em meu trabalho consigo enxergar um caminho para velar pelos direitos à integridade cultural e ambiental de Sergipe. Esse título me faz reforçar o compromisso com os direitos humanos e sociais, principalmente, com os grupos mais vulneráveis e injustiçados”

Mulheres do TRE-SE

Ana Maria Rabelo de Carvalho Dantas



Ana Maria Rabelo de Carvalho Dantas, analista judiciária, graduada em Direito pela UFS, tem pós-graduação, com especialização em Direito Eleitoral. Ingressou aos 19 anos no quadro de servidores efetivos do TRE-SE e foi lotada na Secretaria Judiciária (SJD).

Em 32 anos de serviço no TRE-SE, presidiu a Comissão Especial responsável pelo Serviço de Informática, assumiu a Coordenadoria de Material e Patrimônio, foi secretária judiciária. Foi coordenadora de pessoal. Retornou à SJD e esteve à frente das coordenadorias de documentação e informação e de registros e informações processuais. Voltou a comandar a SJD em 2007. Foi coordenadora de gestão da informação e coordenadora de registros, processamentos, acórdãos e resoluções. Chefou a seção de análise e jurisprudência. Comandou a Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria. Atualmente, é titular da Secretaria Judiciária. Ana Maria relembra que, em 1986, foi implantado o processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e efetuado o recadastramento de eleitores: o cadastro passou a ser mantido em computador. Em 1987, ano em que assumiu o cargo no TRE-SE, foi criada a Comissão Especial de Informática. Ela

presidiu essa comissão a partir de julho de 1988. Nessa época, o TRE-SE não dispunha de computadores, a consulta ao cadastro de eleitores era feita em leitoras de microfichas.

“Com a minha passagem pela Coordenadoria de Material e Patrimônio, ressalto o planejamento para a aquisição o mobiliário para a nova sede do Tribunal, inaugurada em 1999. Na SJD, realizei diversas atividades: coordenação do Tele-Eleitoral (serviço de atendimento ao público no período eleitoral), integrei a primeira Comissão de Auditoria para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas. Participei da organização do *I Encontro de Secretários Judiciários*, realizado em Sergipe. Na Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria, aprendi muito sobre governança, planejamento estratégico, gestão de riscos, auditoria baseada em riscos, etc. Sempre verifiquei o liame entre o que eu estava fazendo e a contribuição para atingir a missão institucional: *realizar as eleições, de forma segura, célere e com transparência e de garantir a legitimidade do processo eleitoral*. Emociono-me ao votar, por ter a oportunidade de escolher, e fico muito orgulhosa, grata por fazer parte do TRE-SE e saber que contribuímos para a festa da Democracia”, disse.

Durante o comando na Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria, Ana Maria foi chefe da servidora Silvânia Martins de Santana, que destacou a competência da amiga:

“Ela sempre foi um ser humano competente, determinado e que não tem medo dos desafios.”

O servidor Arquibaldo Evangelista dos Santos afirmou: “Quando eu tomei posse, Ana Maria era chefe da Secretaria de Administração e Orçamento. Com ela, aprendi muito sobre determinação. Com a sua firmeza, Ana Maria sempre me passou segurança. Ela é dedicadíssima ao trabalho. E, depois de 23 anos,

em setores diferentes, fui apresentado com nosso reencontro na Secretaria Judiciária. Tenho certeza de que ela continuará a escrever importantes linhas na história do TRE-SE.” Conforme os depoimentos desses e de outros servidores, Ana Maria Rabelo é sinônimo de competência, de determinação e de mulher que encara destemida os desafios.

Maria Conceição de Vasconcelos



Maria Conceição de Vasconcelos, mãe de Luciana, Ricardo e Aloísio, é formada em Administração e em Direito pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, pós-graduada em áreas de Direito do Trabalho e de Direito Processual. Começou a trabalhar aos 15 anos. Até 1991, atuou na iniciativa privada. A partir de 4 de fevereiro de 1992, passou a integrar o quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE).

No TRE-SE, esteve à frente da Diretoria-Geral em quatro gestões. Ocupou, ainda, as funções de secretária de gestão de pessoas e de secretária judiciária, além de coordenadora de orçamento e finanças, de planejamento e gestão estratégica e de desenvolvimento humano – atual função.

Algumas experiências marcantes no TRE-SE: a participação no grupo de trabalho idealizador do atendimento automatizado no processo de revisão do eleitorado; a primeira eleição com urna eletrônica em Aracaju; a primeira eleição com urna eletrônica no Estado de Sergipe; os projetos arquitetônico e complementares da sede do TRE-SE; a doação do terreno e os recursos orçamentários da obra; o cadastramento biométrico do eleitorado sergipano, entre outras. Ocupou a função de secretária estadual e integrou a equipe responsável pela mudança da sede da Procuradoria da República em Sergipe. Durante sua gestão no TRE-SE, criou-se o Centro de Memória Eleitoral (CEMEL) e foi elaborado o 1º Planejamento Estratégico da instituição. Conceição participou ativamente da criação dos seguintes projetos: *Cartório Modelo*, *Eleitor do Futuro* e *Documentação da História da Justiça Eleitoral de Sergipe*. Conforme depoimentos de alguns colegas de trabalho, Conceição é uma mulher dinâmica, aguerrida, motivada com os desafios e imensamente organizada.

Conceição de Vasconcelos se considera privilegiada por trabalhar na Justiça Eleitoral.

“Sou muito grata e tenho enorme orgulho em fazer parte do valoroso quadro de servidores da Justiça Eleitoral. Para os que, como eu, adoram desafios, a Justiça Eleitoral é a instituição perfeita, pois exige muita dedicação, compromisso e melhoria contínua. No TRE-SE, fiz amigos, tive e tenho a oportunidade de conviver com profissionais de ponta”, ressaltou.

Maria Lívia de Oliveira Góis Souza



Maria Lívia de Oliveira Góis Souza, natural de Aracaju, Sergipe, é formada em Licenciatura Plena em Construção Civil pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, em Direito, pela Universidade Tiradentes (Unit) e pós-graduada em Tutela dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. No Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe TRE-SE, assumiu o cargo de analista judiciária (área administrativa) em julho de 2006 e foi lotada na 4ª Zona Eleitoral (Boquim). Em outubro do mesmo ano, passou a atuar como chefe do cartório da 4ª Zona Eleitoral. Atualmente, é membro titular da Comissão de Ética e de Conduta Profissional do TRE-SE e da Comissão de Participação Institucional Feminina no âmbito da Justiça Eleitoral de Sergipe.

Antes de fazer parte do quadro de servidores do TRE-SE, Lívia já havia laborado por dezesseis anos no serviço público federal – no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. Assim que começou a trabalhar

na 4ª Zona Eleitoral, vivenciou uma experiência marcante que, segundo Lívia, a deixou fortalecida e confiante em relação a desempenhar suas atribuições: estava em andamento o processo organizacional das eleições 2006 (logística, treinamento de servidores e de mesários, enfim, todas as atividades pertinentes). Maria Lívia de Oliveira envolveu-se com o desafio de lidar com novas tarefas profissionais atuando por uma instituição da Justiça Eleitoral e de assimilar novos conhecimentos com máxima urgência, notadamente, relacionados ao Direito Eleitoral e à legislação correlata. Após o primeiro turno dessa referida eleição, assumiu a chefia de cartório – aumento significativo da responsabilidade da dinâmica de serviço.

Lívia, literalmente, afirma que “trabalhar na Justiça Eleitoral é um misto de sentimento e de profissionalismo, pois exige dedicação, responsabilidade, busca incessante de aumentar o conhecimento. Devemos ter os requisitos necessários ao desempenho harmonioso e satisfatório da função, um dos principais focos é o êxito nas eleições. Desempenhamos, praticamente, todos os dias, diversas atividades, nós somos multiprofissionais. Esse multiprofissionalismo colabora no sentido de que eu seja uma servidora mais justa, humana, dedicada ao trabalho, comprometida e, acima de tudo, esteja sempre contribuindo com a missão institucional do TRE-SE, que é servir à sociedade e à democracia”.

ELEIÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES ACONTECEU DIA 06 DE OUTUBRO



Eleitores de todo o Brasil foram às urnas no dia 06 de outubro e escolheram os novos conselheiros tutelares de cada município. Neste ano, mais uma vez, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) concedeu o apoio necessário à realização do pleito. De acordo com a **lei nº 12.696**, de 25 de julho de 2012, o processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares acontece em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

O apoio do TRE-SE às eleições foi anunciado no dia 02 de abril pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Des. **José dos Anjos**, em conversa com o procurador-geral da justiça, **Eduardo D'Ávila**, e com a promotora de Justiça da Infância e Adolescência, Dra. **Maria Lilian Mendes Carvalho**. Ficou definida a colaboração do TRE-SE: oferecer suporte e equipamentos (urnas eletrônicas), além do treinamento dos mesários, que ocorreu entre os meses de agosto e setembro.

Ainda sobre a reunião que definiu o referido apoio, ficou esclarecido também como seria a atuação do Ministério Público de Sergipe (MPSE), que teve a responsabilidade de orientar e conscientizar a população sobre a importância de escolher membros para

cumprir o papel de proteger os direitos da criança e do adolescente, de acordo com o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em agosto, o MPSE promoveu o Seminário “Eleições Unificadas dos Conselhos Tutelares – Escolha Democrática para Garantir os Direitos de Crianças e Adolescentes”, que discutiu com a sociedade sobre eleição e voto consciente. O coordenador do Programa Eleições (do TRE-SE), **Marcelo Gerard**, participou do evento e explicou o papel do TRE-SE durante a eleição: “O Tribunal possibilita que o eleitorado de Sergipe, nessa eleição, vote pela urna eletrônica. A participação do TRE-SE se restringe a viabilizar uma eleição mais rápida e eficiente.” Gerard também frisou que a responsabilidade de realizar a eleição são dos Conselhos de Direito dos municípios.

Preparação das urnas

Nos dias 11 a 20 de setembro, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TRE-SE realizou a preparação das urnas eletrônicas que foram utilizadas nos 81 Distritos dos Conselhos Tutelares do Estado de Sergipe. Foram utilizadas 1.227 urnas eletrônicas, 807 na recepção de votos e 420 equipamentos como reserva técnica.

OUTUBRO ROSA



Chegou o mês de outubro, o mês nacional de prevenção do câncer de mama e com ele o “Outubro Rosa”, um evento chamado “Corrida pela Cura”, um movimento de adesão mundial que visa a estimular a luta contra o câncer de mama e, se houver esse câncer, conseguir o diagnóstico precoce. O câncer de mama é considerado o câncer mais comum entre as mulheres e o segundo tipo com maior incidência no mundo. O câncer de mama também acomete homens, porém é raro, representando apenas 1% do total de casos da doença. Se diagnosticado precocemente, aumentam significativamente as chances de cura. Dados científicos indicam que 95% dos casos identificados em estágio inicial são mais fáceis de serem tratados, e maiores serão as chances de cura.

Mulheres com histórico de câncer de mama na família, que nunca tiveram filhos ou que os tiveram após os 30 anos de idade, fumantes e com histórico de exposição à radiação têm mais chances de apresentar câncer de mama, por isso devem começar a prevenção após os 35 anos de idade.

Pelo autoexame das mamas, exame clínico realizado por médico ou por enfermeiro, pela mamografia, geralmente se constata a presença de caroço ou nódulo, normalmente, indolor. Em alguns casos é possível observar alterações nas próprias mamas, como diferença no tamanho dos seios,

secreções nos mamilos e mudança de cor (pele avermelhada) ou enrugamento em uma área do seio (aspecto de casca de laranja) e pequenos nódulos no pescoço ou na região das axilas.

Nem sempre, o câncer é palpável, portanto, o autoexame não dá a certeza de que a(o) paciente não possui a doença, por isso a mamografia é imprescindível, considera-se o principal método para o rastreamento da doença.

A partir de quantos anos fazer: é o ponto mais polêmico em relação à mamografia. Alguns autores recomendam que todas as mulheres façam o exame, anualmente, a partir dos 40 anos de idade. Tal postura é apoiada pela Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM) e pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo).

O governo dos Estados Unidos sugere começar aos 45 anos. E o *Instituto Nacional de Câncer* (Inca) recomenda o rastreamento somente entre os 50 e os 69 anos, com mamografias a cada dois anos, caso não haja nenhuma alteração.

Diante dessas controvérsias, o ideal é conversar com o profissional, para que, a partir da história familiar de cada paciente e outras características, seja traçada a estratégia de melhor rastreamento.

Previna-se e realize exames médicos periodicamente!

A PREVENÇÃO É O MELHOR JEITO
DE VENCER ESSA LUTA!



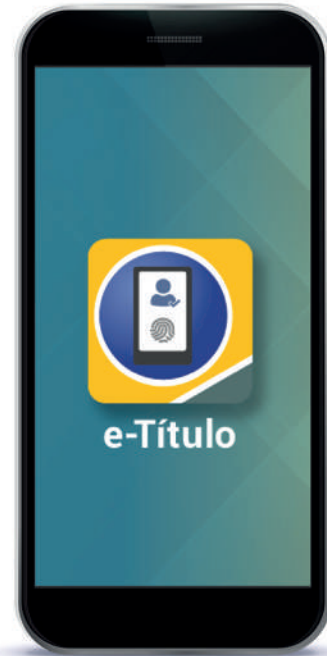
OUTUBRO
ROSA

A forma de
pedir refeições
mudou.



O aplicativo e-Título chegou para dar ainda mais força ao eleitor brasileiro, pois pode ser acessado pelo próprio celular, de forma rápida e gratuita. E quem já fez a biometria fica dispensado de apresentar o documento físico. Isso que é poder! Se você ainda não baixou o seu, não perca tempo! A democracia precisa de você.

A de carregar
documento
também.



DEMOCRACIA
DIGITAL

E não se esqueça:
participando e opinando
pelas redes sociais, você é
parte dessa

#DemocraciaDigital!
#JustiçaEleitoral